




Alentejo
Rua Tenente Raúl Andrade, 3
7000-613 ÉVORA

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.alentejo@icnf.pt
 266737370

Exmo. Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Praça Pedro Nunes
Alcácer do Sal
7580-125 ALCÁCER DO SAL

vossa referência	nossa referência	nosso processo	Data
<i>your reference</i>	<i>our reference</i>	<i>our process</i>	<i>Date</i>
	S-022108/2024	P-018473/2024	Data infra
Assunto	Pedido de informação Prévia - Ampliação da área de atividades económicas de		
<i>subject</i>	Alcácer do sal - Parecer ICNF		

Ex.^{mo} senhor,

Na sequência da apresentação de um Pedido de Informação Prévia (PIP), pelo município de Alcácer do Sal, com o objetivo de obter a conformidade da cartografia de delimitação dos povoamentos de sobreiro existentes na área de expansão da ZIL de Alcácer do Sal e a identificação da distribuição de espécimes de *Juniperus navicularis*, existentes nesta mesma área de expansão, e a sua translocação, cumpre à Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas/ICNF, informar o seguinte.

Caracterização da intervenção

A pretensão localiza-se na classe de espaço do solo industrial e será alvo de um loteamento, devido à expansão da ZIL ALCÁCER DO SAL. O loteamento industrial desenvolve-se em 13,2 hectares, com a existência de mato e alguns exemplares de *Juniperus navicularis*, bem como alguns povoamentos de pinheiro manso, povoamento de sobreiro e alguns sobreiros isolados. A área em questão localiza-se fora de Áreas Classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas.

Apesar da área de expansão da ZIL ALCÁCER DO SAL não apresentar habitats de conservação da Rede Natura 2000, em relação aos exemplares de *Juniperus navicularis* identificados na Área de expansão da ZIL ALCÁCER DO SAL, o requerente considerou: “importante realizar a redução do impacte ambiental da sua remoção, através da replantação por estaca por cada exemplar removido.

Deste modo, prevê-se a realização de replantação por estaca de 21 exemplares de *Juniperus navicularis*,



Enquadramento legal

No que diz respeito às questões da Conservação da Natureza e Biodiversidade, aquelas que são mais pertinentes e objeto desta informação são as que decorrem do facto de apesar da área de expansão da ZIL ALCÁCER não integrar qualquer Área Classificada, o promotor ter considerado importante realizar a redução do impacte ambiental resultante da remoção de 21 exemplares de zimbro-galego (*Juniperus navicularis*), por se tratar de uma espécie endémica da Península Ibérica e estar classificada como quase ameaçada de extinção na avaliação que foi feita no âmbito da elaboração da Lista Vermelha das Plantas Vasculares de Portugal Continental, sendo que, de acordo com alguns critérios desta avaliação de grau de ameaça, esta espécie poder vir em breve a ser classificada como ameaçada.

A espécie em causa não é legalmente protegida ao abrigo da legislação nacional e comunitária. No entanto, o habitat 2250pt2 é um habitat de interesse comunitário considerado prioritário pela Comissão Europeia. Contudo, uma vez que a área em causa não está integrada em Zona Especial de Conservação a formação arbustiva que lhe é característica não tem a proteção legal própria do respetivo habitat.

Parecer

Conformidade da cartografia dos povoamentos de sobreiro

Considera-se que a área assumida como área de povoamento (0,85 ha) se confirma, bem como o número de árvores por classe, existente na mancha avaliada. Salientando/esclarecendo que para que se possa avaliar se é povoamento ou não, terá de ser feita uma análise através da densidade (árvores por hectare) e não do número de árvores por mancha/polígono.

Assim sendo, pela nossa análise duas das classes (classe 3 e 4) cumprem as densidades para serem consideradas como povoamento, resultado que por si só, define a área de 0,85 ha como povoamento. No entanto fazendo uma análise global, através do cálculo do PAP médio (110 cm) das árvores existentes na mancha (43 árvores), que corresponde à classe 3, e apresentando uma densidade total de 50 árvores/hectare, conclui-se também que a área de 0,85 ha corresponde efetivamente a uma área de povoamento de sobreiro.

Assim, de acordo com o exposto, valida-se o levantamento efetuado e a delimitação de povoamentos apresentada.

Conservação de Zimbro-galego (*Juniperus navicularis*)

Apesar de não existir um estatuto de proteção legal da espécie em causa, dadas a sua endemidade, raridade e o facto de ser considerada “quase ameaçada” segundo os critérios da IUCN, é do interesse do ICNF na prossecução dos seus objetivos de conservação da natureza e biodiversidade que promova/aprove todas as ações que possam contribuir para a concretização de tais objetivos. Assim, considera-se que devem ser preferencialmente mantidos todos os exemplares que não interfiram diretamente com o projeto, que se encontrem na faixa de proteção da linha de água existente, ou áreas limítrofes. Para os indivíduos que necessitem ser relocados, acolhe-se favoravelmente a proposta agora apresentada a qual, dadas as dificuldades conhecidas de sucesso reprodutor por via seminal da espécie, poderá mitigar os



impactos diretos na espécie no local de intervenção através da sua reprodução por via vegetativa (estacaria) e da sua introdução e sobrevivência em áreas próximas, semelhantes edafoclimaticamente, Sugere-se que, tendo em consideração a compatibilidade edáfica do local, seja ponderada e, eventualmente, executada a translocação dos exemplares para a faixa associada à linha de água existente a nascente, incrementando o seu valor enquanto corredor ecológico.

Sugere-se a utilização de selante (cera, lacre ou outro material utilizado para o efeito) para aplicar nas zonas de corte das raízes e dos ramos superiores de forma a reduzir a evapotranspiração e a contaminação por agentes infecciosos e aumentar a probabilidade de sobrevivência dos exemplares a manter para posterior transplantação. Sugere-se ainda o contacto com a equipa de biólogos do projeto turístico Costaterra que já tem bastante experiência com este processo.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo

Olga Martins

SN/

Documento processado por computador, nº S-022108/2024